

ARTEMIAEDE
juntos.mais fortes

2^o fórum POLÍTICO

NOTAS CONCLUSIVAS

TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

30 MAIO 2017

ESPAÇO MEMÓRIA
BARREIRO

2^o **fórum** **POLÍTICO**

NOTAS CONCLUSIVAS

TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

30 MAIO 2017

ESPAÇO MEMÓRIA

BARREIRO

NOTAS CONCLUSIVAS DO 2º FÓRUM POLÍTICO

sobre TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA
realizado a 30 DE MAIO no ESPAÇO MEMÓRIA - BARREIRO

INTRODUÇÃO

A ARTEMREDE é um projeto de cooperação cultural que se consubstancia numa rede de municípios de diversas sensibilidades políticas, de abrangência territorial significativa, de grande preparação técnica e sólida experiência acumulada ancorada numa visão estratégica amplamente participada.

No âmbito do seu processo de planeamento estratégico 2015-2020, a ARTEMREDE definiu como primeira das dez prioridades estratégicas de atuação neste horizonte temporal a 'inscrição da cultura no centro das políticas governativas'. Para concretizar este propósito elegeu, entre outras ações, a realização anual de um Fórum Político - uma reunião de autarcas que analise, discuta e contribua para influenciar as decisões políticas e estratégicas na área cultural, da gestão, formulação e implementação de políticas públicas das autarquias e do Estado.

Em Maio de 2016 a ARTEMREDE realizou o seu 1º Fórum Político, sobre o papel da cultura no desenvolvimento dos territórios, do qual saiu uma tomada de posição subscrita por dezenas de autarquias e que incluía pro-

postas concretas no âmbito do quadro de financiamento à ação cultural descentralizada.

A 30 de Maio de 2017 a ARTEMREDE organizou o 2º Fórum Político, no Espaço Memória, no Barreiro, focado na questão da territorialização das políticas públicas de cultura, promovendo assim um debate sobre a importância de uma articulação entre Administração Central e Autarquias Locais que valorize os recursos presentes nos territórios e contribua para a correção das assimetrias regionais. O 2º Fórum Político contou com mais de 50 participantes, entre os quais autarcas de várias regiões do país e outros decisores políticos, com responsabilidades no Governo e noutras entidades de âmbito local e regional.

O 2º Fórum Político da ARTEMREDE partiu de um documento-base, elaborado previamente por um Grupo de Trabalho interno, do qual fizeram parte a equipa executiva da ARTEMREDE e representantes de cinco municípios associados. Contribuíram ainda para este documento os membros do Conselho Consultivo da Artemrede, o Secretário de Estado da Cultura e a Diretora-Geral das Artes. Este documento apresentou tópicos para discussão e um conjunto de propostas concretas, no âmbito do Orçamento de Estado, do modelo de apoio às artes, do Portugal 2020 e do novo quadro comunitário de apoio, propostas essas que, no entender da ARTEMREDE, contribuiriam para o reconhecimento do papel da cultura nas estratégias de desenvolvimento territorial e para melhorar as condições de acesso à cultura em todos os territórios. A ARTEMREDE está consciente que estas propostas (disponíveis mais à frente neste documento) têm tempos de aplicação e maturação diferenciados, mas acredita que o debate sobre a territorialização das políticas públicas de cultura é urgente e oportuno, pelo que se afirma de singular importância a partilha e a difusão das conclusões do 2º Fórum Político. Este documento não é uma tomada de posição institucional (contrariamente ao que aconteceu no 1º Fórum), mas sim um registo público do debate, possibilitando desta forma o acesso a conhecimento especializado sobre o tema, assim como aos comentários

e interrogações suscitados por esta discussão. Isto torna-se especialmente relevante na medida em que este debate e as suas implicações vão muito para além do âmbito da ARTEMREDE. As propostas contidas neste documento espelham certamente as preocupações e as necessidades sentidas por agentes culturais públicos e privados em todo o território nacional e apostam na inovação dos modelos e não na repetição ou recuperação de fórmulas já conhecidas.

A ARTEMREDE espera ainda que este tema não fique apenas no campo da reflexão e do debate, mas que seja acompanhado das necessárias decisões políticas em tempo útil.

O DEBATE

A complexidade do tema e a ambiguidade na utilização de conceitos e no que eles representam – territorialização, desconcentração, descentralização, entre outros - influenciaram o alcance e a profundidade da discussão.

Em termos simples, por 'territorialização' de uma política pública (nacional ou regional) entende-se a diferenciação de alguns dos seus aspetos de acordo com as especificidades (características, necessidades e prioridades) dos distintos territórios sobre os quais incide; por 'desconcentração' entende-se a transferência do poder de decisão de entidades de âmbito nacional para organismos desconcentrados do Estado, geralmente de nível regional (direções regionais, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, etc.); finalmente, por 'descentralização' entende-se a passagem do poder de decisão de entidades do Estado, quer central quer desconcentrado, para os municípios e entidades intermunicipais (CIM, áreas metropolitanas). A desconcentração e a descentralização constituem dois processos essenciais, mas não os únicos, para garantir uma maior territorialização das políticas públicas. Também um maior envolvimento dos vários atores locais na formulação das políticas públicas pode contribuir para in-

troduzir critérios, medidas ou procedimentos que permitam ajustar as políticas às especificidades de distintos territórios.

O risco de que este debate possa ter como consequência a alteração do equilíbrio constitucional que prevê um papel fundamental para o Estado Central em matéria de política cultural, transferindo para as autarquias mais responsabilidades neste campo (descentralização), condiciona a visão dos atores políticos e dificulta a discussão de propostas concretas.

Apesar, portanto, de se reconhecer que o debate da territorialização é complexo, que tem vasos comunicantes com questões políticas de fundo, como a organização territorial do Estado (desconcentração) ou a questão da municipalização (descentralização), foi mobilizadora a ideia de que a territorialização das políticas culturais deve efetivamente avançar. A defesa da territorialização das políticas culturais surge, de forma simples, por três razões: (1) porque mobiliza e garante um melhor aproveitamento dos recursos endógenos de cada território; (2) porque é mais eficaz do que a ação a partir da capital; e (3) porque é um contributo para a competitividade do território.

A ideia de fundo do Fórum Político foi, além de mobilizadora, considerada oportuna. Com efeito, na sua intervenção, o Secretário de Estado da Cultura Miguel Honrado transmitiu a ideia de que este é, justamente, o momento certo para debater a questão da territorialização, pelo que foi sublinhada a pertinência em debater publicamente este assunto. O momento é o certo, fundamentalmente, por duas razões. Por um lado, porque existe uma oportunidade clara em termos da vontade política de descentralização, processo que encerra alguns riscos que todos reconhecem mas que não deve ser desperdiçado enquanto contexto favorável: os municípios e os agentes culturais devem pugnar por boas decisões políticas nesta matéria, não deixando de a ver como uma oportunidade para reforçar o papel da cultura na construção de uma sociedade democrática. Por outro, porque está em curso, como é sabido, a revisão do modelo de apoio às artes.

A revisão desse modelo tem merecido discussão no espaço público, em fóruns do sector, tem sido objeto de propostas de alguns partidos políticos, pelo que a atenção que a opinião pública, o sector, os partidos políticos, o Ministério da Cultura e a Direção-Geral das Artes estão a dar à necessidade de agir sobre os desequilíbrios e as diversidades territoriais existentes é obviamente contexto de oportunidade ao qual urge estar atento e no quadro do qual é importante contribuir com propostas concretas e modelos inovadores. Também o Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão (SEDC), Nelson de Souza, reconheceu que este momento era oportuno para a cultura surgir mais clara e especificamente nos diversos fundos comunitários, depois de um primeiro momento, na atual legislatura, em que a prioridade foi, reconheceu, avançar e executar fundos relacionados com o investimento público e privado noutras áreas que não a cultura.

Esta oportunidade de atuação é acompanhada por um sentido de responsabilidade. Há um reconhecimento abrangente – inclusivamente por parte do Governo – de que é necessária uma mobilização de verbas do Orçamento de Estado para fazer face a estes desafios específicos da territorialização. É fundamental que todos os envolvidos (ARTEMREDE, restantes municípios, organismos regionais, estruturas artísticas locais, etc.) não deixem de argumentar a favor da concretização desse reforço orçamental para sustentar a adoção de novas políticas públicas em matéria de cultura e território.

Uma ideia que foi repetidamente utilizada ao longo do Fórum foi a da corresponsabilização. Os presentes não deixaram de apelar à cabal assunção das responsabilidades institucionais do Estado em matéria de acesso à cultura, e chegaram mesmo a propor que se avance na formulação de indicadores globais, à escala nacional, com os quais as políticas culturais municipais e as estratégias de desenvolvimento regional se possam confrontar, de forma a garantir uma atuação coerente no plano nacional.

O modelo de implementação das redes de bibliotecas públicas foi mais uma vez referido como uma boa prática de integração vertical cuja aprendizagem Portugal não devia desperdiçar, tendo sido um caso raro em que existiu uma complementaridade efetiva entre o investimento infraestrutural e o investimento na qualificação dos recursos humanos que iriam dinamizar os referidos equipamentos, a par de uma estratégia nacional, devidamente orçamentada, implementada de forma progressiva e avaliada.

Foram estabelecidas aliás várias referências ao 'sistema de atores' local e regional, ou seja, à necessidade absoluta de relacionar a estratégia de territorialização com a dotação de competências específicas dos recursos humanos responsáveis por as implementar localmente.

Elisa Babo referiu concretamente os desafios colocados à integração entres as políticas públicas para a cultura e a educação, com particular importância no caso do ensino e da educação artística, que têm sido insuficientemente ou mesmo mal alcançados, com impactos negativos, nomeadamente na fragilização dos sistemas de atores locais. Nesse sentido, foi deixado o alerta de que as medidas futuras não podem simplesmente valorizar os locais onde existe massa crítica qualificada, pois há que ter em conta que noutros locais a inexistência dessa mesma massa crítica é o resultado de muitos anos de desinvestimento. Foi defendida, aliás na continuidade das propostas do documento de trabalho, a adoção de soluções diversas, que contemplem situações diferenciadas (assimetrias dentro dos grandes centros urbanos, novas polaridades regionais, territórios de baixa densidade, etc.), com preocupações de justiça espacial, em vez da opção por um único critério.

As apresentações da ARTEMREDE e das Comédias do Minho, dois projetos federadores da intervenção cultural descentralizada, introduziram uma dimensão concreta da eficácia destes sistemas de agregação municipal, que mobilizam vontade política e recursos económicos. Alguns intervenientes preferiram opor à ideia de 'descentralização' a lógica de 'novas

centralidades', que implicaria uma definição territorial menos dependente do olhar a partir da capital. Apesar desta diferenciação, todos convergiram para a necessidade absoluta de encontrar modelos que possam progressivamente diminuir as assimetrias territoriais em matéria de criação e fruição cultural e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade existente nos territórios, explorando o evidente potencial de policentralidade que o país ainda não aproveitou. Foi, inclusivamente, referido o potencial de internacionalização a partir da baixa densidade.

Neste âmbito, Elisa Babo introduziu a expressão de 'territórios pertencentes' - territórios que não decalcam necessariamente a geografia e as linhas administrativas, mas antes se organizam segundo relações reais, de ajuda mútua, ação concertada e eficácia. Essa expressão acabou por ser recorrentemente utilizada ao longo do Fórum, desde logo associada à própria ARTEMREDE, mas também para sublinhar a necessidade de a política pública ajudar os sistemas que já estão em funcionamento e têm provas dadas, aproveitando a capacidade organizativa instalada e os investimentos de continuidade por parte das autarquias.

Foi deixado um alerta específico para as lógicas de aplicação dos fundos estruturais, que não respeitam a realidade dos sistemas territoriais em funcionamento e a adicionar valor, antes os obrigando a cumprir critérios administrativos que não correspondem à sua área de atuação efetiva. A experiência da ARTEMREDE (que, do ponto de vista da organização territorial do Estado, inclui três regiões-plano, Lisboa, Centro e Alentejo) é muito relevante nesta matéria, pois lida, quotidianamente, com as incongruências de intervenção dos três programas operacionais regionais, que criam descoincidências e obstáculos administrativos significativos. Foi claramente solicitada a revisão destas situações com carácter de urgência, na medida em que a diversidade de financiamentos existentes tem de apoiar o país real e as iniciativas efetivamente operativas e não um determinado recorte administrativo.

A referência aos diversos sistemas de financiamento que têm implicações neste domínio é importante, mas não dominou a discussão. Foi aliás claramente defendida a ideia de que não é suficiente distribuir financiamento para atividades, é preciso desenvolver sustentabilidade organizativa e qualificar o sistema de atores, pois só essa qualificação é o garante, a longo prazo, que o território é sujeito e não objeto das políticas públicas. O papel do poder local foi reconhecido, já que uma das razões pelas quais as políticas culturais municipais reforçaram a capacidade de, agora, podermos discutir a territorialização das políticas públicas é porque foi, ele próprio, um sujeito importantíssimo na criação de um sistema de atores local.

No entanto, se a explosão excelente das políticas culturais municipais teve, efetivamente, efeitos positivos na valorização de recursos e de ativos e nalgum fortalecimento de sistemas de atores, também se confirmaram os riscos de sobreposições/ subocupação de infraestruturas. Para além disso, foram identificados também como fatores desfavoráveis deste processo a regionalização administrativa não avançada e as dificuldades da intervenção à escala regional: as experiências das CCDR que foram, em boa medida, perdidas e os desafios das Direções Regionais de Cultura, difíceis de alcançar, acompanhados pelos desafios de encontrar papéis e responsabilidades para as recentes Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas compatíveis com as suas competências em matéria cultural e artística. Relevou-se a importância de se reforçar o papel destas entidades na definição de estratégias de desenvolvimento (sub) regional, mais do que na gestão e execução de fundos estruturais ou na implementação direta de projetos.

Foi deixado um alerta claro para a necessidade de garantir que, em matéria de fundos estruturais e outros instrumentos de apoio, os mesmos sejam direcionados para as entidades com competências específicas em matéria de cultura e desenho de intervenções artísticas de ativação territorial.

Neste capítulo, foi uma vez mais sublinhado que é preciso fazer uma leitura das redes e outras entidades que já operam de forma continuada e qualificada no território, pois a morfologia da organização em rede ou em cluster não tem de ser homogénea para todas as políticas, pelo que a lógica aplicável a um determinado domínio não tem de seguir, necessariamente, a lógica geográfica e operativa do domínio artístico e cultural. Absolutamente crucial foi a ideia, reiterada por diversos oradores e intervenientes, de que, agora como no futuro, só onde existe um trabalho local autónomo e qualificado é que haverá possibilidade de confiar no sistema de atores, o que na prática significa concretizar a territorialização.

Foi igualmente discutida a necessidade de, em vários níveis de governação, inverter a tendência para a verticalidade das decisões. A cultura tem de conseguir fazer uso da 'transversalidade' que lhe é reconhecida, mas que não está ainda suficiente consubstanciada em matéria de ação política. Neste domínio, a proposta de inclusão da cultura no Plano Nacional de Reformas foi abordada mas concluiu-se que não existia suficiente informação para a defender.

As oportunidades que surgem através da colaboração entre a arte e outras áreas governativas, como a educação, a ação social, o turismo e o planeamento, foram amplamente discutidas e o Fórum reforçou a importância de se explorarem novas formas de atuação. No entanto, alertou-se para o risco de instrumentalização da cultura ao serviço de outras agendas e para práticas que não são efetivamente de cooperação, mas modelos nos quais a componente artística tem apenas um papel instrumental. Neste campo Maud Le Floch, do centro de estudos pOlau, avançou com a ideia de co-instrumentalização ao apresentar alguns exemplos de alianças entre intervenções artísticas e planeamento urbano em França. A urbanista defendeu que esta cooperação é benéfica para ambos os campos, na medida em que, por um lado, há muitos artistas com interesse em agir sobre o território e que reivindicam espaço de intervenção social e política, enquanto, por outro lado, o planeamento territorial tem de encontrar fórmulas inova-

doras e que tenham em conta as dinâmicas urbanas e sociais já existentes. É esta 'dupla oportunidade', que assenta em lógicas de mediação, articulação e estratégias 'bottom-up', que é importante não desperdiçar.

Elisa Babo também reforçou esta ideia, ao afirmar a capacidade que as atividades culturais e criativas demonstram em relacionarem-se com o território (natureza idiossincrática dos bens culturais) e de mobilizarem conhecimento simbólico (de acordo com o seu contexto territorial).

As lógicas de intervenção cultural territorial não devem, no entanto, sobrepor-se nem ameaçar a continuidade e o robustecimento do apoio à livre criação artística. Esta clarificação impõe-se, pois é a sua ausência que mobiliza tantos (nomeadamente artistas) na recusa de estratégias 'instrumentais' de financiamento das artes.

A ideia de articulação entre a cultura e outras áreas de intervenção foi também abordada pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, nomeadamente a oportunidade no que respeita aos novos instrumentos de inovação social, que incidem sobre áreas como o crescimento verde, o envelhecimento ativo ou o lazer, cultura e entretenimento. Sublinhou também o papel determinante da cultura no desígnio nacional de qualificação e requalificação dos portugueses, embora não tenha ficado claro de que forma é que a cultura pode colaborar com essas agendas políticas sem ser de forma subsidiária, numa perspetiva de integração e não de dependência.

No que diz respeito à discussão de modelos concretos de atuação que podem ser acionados a breve trecho, houve algumas referências à proposta de 'convenções' contida no documento-base. O SEDC considerou mesmo essa proposta de estabelecimento de convenções ou pactos baseados em programas de intervenção cultural, um princípio saudável e ressaltou que é justamente o tipo de instrumentos que pode funcionar, numa lógica de políticas mais contratualizadas e mais responsabilizadoras de todos os

envolvidos (Estado Central, Poder Local, redes instaladas, atores locais). Referiu que esses modelos são uma oportunidade para os operadores regionais e locais evoluírem de beneficiários para sujeitos e que, hoje em dia, os modelos de trabalho em rede são inevitáveis, pelo que devem ser incorporados nas soluções de futuro.

EXPETATIVAS E PROPOSTAS DA ARTEMREDE

As propostas da ARTEMREDE, enquanto projeto de cooperação intermunicipal e enquanto rede de cidades e de equipamentos culturais, estão claramente identificadas ao longo deste documento, e têm sido validadas pela discussão entre autarcas de filiações político-partidárias distintas, representando cidades de escalas e características, também elas, muito diversas. Essa amplitude (geográfica, de escala, de visão política), combinada com a experiência sólida da ARTEMREDE, confere a estas propostas uma base sólida de trabalho. Considerou-se importante que essa base de trabalho comum, sempre difícil de alcançar, não seja desperdiçada e dê lugar, não só a discussões mais aprofundadas, mas também a um novo capítulo de decisão política. A capacidade propositiva dos agentes locais deve ser acompanhada pela capacidade de iniciativa dos decisores políticos. Será decisivo aproveitar este momento político favorável, em que estas matérias estão a ser discutidas a todos os níveis, para avançar na definição de propostas concretas a apresentar à tutela.

ANEXOS

- Anexo 1 – Programa
- Anexo 2 – Notas biográficas
- Anexo 3 – O que estava em debate no Fórum Político (propostas da ARTEMREDE)
- Anexo 4 – Participantes no 2º Fórum Político da ARTEMREDE
- Anexo 5 – Ficha Técnica

ANEXO 1

PROGRAMA

9h00 – Café de boas-vindas

9h30 – **Abertura** – Carlos Humberto Carvalho,
Presidente da Câmara Municipal do Barreiro
– Marta Martins, Diretora Executiva da Artemrede
e Vânia Rodrigues, Assessora Estratégica da Artemrede
– **Objetivos do Fórum, Programa e Documento**

Apresentações:

10h00 – Elisa Pérez Babo, Quaternaire Portugal:
**Reflexões sobre territorialização das políticas públicas
no setor da cultura**
Debate

10h45 – Carlos Humberto Carvalho,
Presidente da Câmara Municipal do Barreiro:
**Artemrede – Um projeto de cooperação
cultural intermunicipal**
Debate

11h30 – Vítor Paulo Pereira,
Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura:
Comédias do Minho – **Cinco municípios, um projeto cultural**
Debate

12h15 – Maud Le Floc'h, Diretora do Centro de pesquisa e de experimentação sobre as artes e a cidade, POLAU (FR),
**arts • culture • territoires, une clé au service de
l'aménagement (arte • cultura • territórios, uma chave
ao serviço do planeamento)**
Debate

13h00 – **Almoço no Museu Industrial**

14h30 – Nelson de Souza, Secretário de Estado
do Desenvolvimento e Coesão
Debate

15h00 – Discussão do documento de trabalho

16h30 – Conclusões

17h00 – Encerramento pelo Secretário de Estado da Cultura,
Miguel Honrado

ANEXO 2

NOTAS BIOGRÁFICAS

INTERVENIENTES

CARLOS HUMBERTO CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal do Barreiro

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho nasceu no Barreiro, em 18 de abril de 1951.

Fez os estudos secundários na Escola Comercial e Industrial Alfredo da Silva e pertenceu, como presidente, à Comissão de Finalistas.

Frequentou o Curso Geral de Contabilidade no Instituto Comercial de Lisboa, participando na Pró-Associação de Estudantes, nos anos de 72 e 73, no movimento estudantil e reivindicativo para estudantes. Ainda muito jovem, fez parte da Comissão Organizadora dos Jogos Juvenis do Barreiro, da Comissão Cultural e da direção do Luso Futebol Clube e de outras Associações populares do concelho do Barreiro. No cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, em Moçambique, colaborou com o MFA – Movimento das Forças Armadas.

Teve uma participação ativa antes e pós o 25 de Abril de 1974 na UEC – União dos Estudantes Comunistas e no MJT – Movimento da Juventude Trabalhadora. Desde 1977 é funcionário do Partido Comunista Português. É membro do Comité Central, da Direção da Organização Regional de Setúbal e da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP.

Foi eleito deputado na Assembleia Municipal de 1993 a 2005, durante três mandatos.

Assume a presidência da Câmara Municipal do Barreiro, no dia 27 de outubro de 2005. Foi Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa (JML) entre 2006 e 2013.

Como Presidente da JML, foi Presidente da Comissão Regional de Economia, de 2006 a 2009, integrou o Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, foi membro efetivo da Comissão de Aconselhamento Estratégico do POR Lisboa, foi membro efetivo da Comissão de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo e da Assembleia do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa. Ao nível das redes internacionais, enquanto Presidente da JML, assumiu a presidência do Conselho Fiscal da EUROPAN Portugal e foi membro do Conselho de Administração da AIVP (Associação Internacional de Cidades e Portos). É Presidente da Assembleia Geral do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo.

ELISA PÉREZ BABO

Quatenaire Portugal

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1980) e mestre (pré-Bolonha) em Planeamento do Território - Inovação e Políticas de Desenvolvimento, pela Universidade de Aveiro (2010), com a dissertação "Cultura e Desenvolvimento: novos desafios para as políticas urbanas". Quadro técnico da Comissão de Coordenação da Região do Norte, de 1981 a 1991, foi técnica da Divisão de Estudos Sociais e Culturais e, posteriormente, chefe das Divisões de Áreas Críticas e Reabilitação e de Estudos e Planeamento (Direção Regional de Ordenamento do Território). Exerceu profissão liberal de 1991 a 1997, período em que foi também consultora da Câmara Municipal de Matosinhos. Integrou (Março de 2007 a Fevereiro de 2008), em representação do Ministério da Cultura, o Grupo de Missão para preparação da Candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura 2012.

Foi docente na Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto (anos letivos de 1996/97 e 2002/2003) no Curso de Gestão do Património e desde 2008 é co-coordenadora e docente da Pós-Graduação de Gestão Cultural e Comunicação – Artes, Culturas, Comunicação e Cidadania, Universidade Lusófona do Porto.

Integra o quadro da Quaternaire Portugal desde 1997, onde assumiu em Maio de 2002 as funções de Vogal da Administração. No âmbito desta empresa, coordena trabalhos essencialmente nos domínios das políticas culturais e da programação, gestão e organização de organizações culturais, das políticas urbanas, do planeamento estratégico territorial e dos estudos estratégicos (nos sectores da cultura e do turismo). Entre julho de 2009 e outubro de 2014 foi Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Museu do Douro.

NELSON DE SOUZA **Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão**

Nelson de Souza nasceu na Índia, em 1954.

É licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia.

Diretor Municipal de Finanças na Câmara Municipal de Lisboa desde Fevereiro de 2014, foi assessor do atual Presidente da Câmara, Fernando Medina. Foi Secretário de Estado das Pequenas e Médias Empresas, do Comércio e dos Serviços do XIV Governo Constitucional e Chefe de Gabinete do Ministro da Economia do XIII Governo Constitucional.

Exerceu o cargo de Diretor-Geral na Associação Industrial Portuguesa até final de 2013, onde já tinha exercido funções na Comissão Executiva entre 2002 e 2005.

Foi gestor do Programa Compete/QREN e do Prime, com experiência acumulada na gestão de programas comunitários, administrador do IAPMEI e gestor de programas no PEDIP.

MAUD LE FLOC'H **Gestora, diretora de pOlau-pôle des arts urbains (França)**

Maud Le Floc'h é uma gestora especializada na cena cultural urbana. O seu trabalho visa introduzir abordagens artísticas nas metodologias de projetos, aplicadas à transformação territorial.

Em 2007, fundou o pOlau-pôle des arts urbains, um centro de produção, recursos e experimentação. Implementa diferentes programas que envolvem autoridades locais, artistas, estruturas culturais e gestores.

Recentemente, coordenou um estudo nacional sobre "artes e planeamento" para o Ministério de Cultura da França. Ensina artes e planeamento na Universidade La Sorbonne (Mestrado: projetos culturais no espaço público) e no Politécnico DAE Tours.

MIGUEL HONRADO **Secretário de Estado da Cultura**

Miguel Honrado é licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e tem uma pós-graduação em Curadoria e Organização de Exposições pela ESBAL e Fundação Calouste Gulbenkian.

Exerce, desde 1989, a sua atividade nos domínios da produção e gestão cultural.

Interveio em projetos culturais de grande relevo nacional e internacional como o Festival Europália ou as programações culturais das Exposição Universal de Sevilha 92, Exposição Mundial de Lisboa 98 ou Lisboa Capital Europeia 94.

Desde o início do seu percurso profissional tem mantido uma relação privilegiada com a dança contemporânea, tendo integrado e depois coordenado a equipa do Departamento de Dança do Instituto Português das Artes do Espetáculo (IPAE) entre 1999 e 2002.

Foi Diretor Artístico do Teatro Viriato de 2003 a 2006.

Desde 2003 é professor convidado da Universidade Lusófona, responsável pelo seminário de Políticas Culturais, integrado no Mestrado em Gestão Cultural, tendo sido, entre 2006 e 2012, professor assistente da Escola Superior de Teatro e Cinema.

Foi, entre 2005 e 2007, Presidente do Conselho de Administração da IRIS, Associação Sul Europeia para a Criação Contemporânea.

Em 2007 foi curador do evento «Jardim do Mundo» integrado no projeto «O Estado do Mundo», programado por António Pinto Ribeiro para a celebração do 50.º aniversário da Fundação Calouste Gulbenkian.

Foi, entre 2012 e 2016, membro do Conselho Consultivo do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e Ciência – Descobrir.

Foi, entre 2007 e 2014, presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC), da Câmara Municipal de Lisboa.

Entre 2014 e 2015 foi presidente do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II.

VÍTOR PAULO PEREIRA **Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura**

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1993. Mestre em História: Área de Especialização em Cultura e Poderes, Universidade do Minho. Doutorando em História Contemporânea, pela Universidade do Minho. Autor de vários artigos científicos e participante em inúmeros encontros e conferências. Durante a formação universitária foi Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e premiado com Prémio de Excelência Feijó. Autor e editor dos livros: História das Bandas de Música da Valimar e A Confraria do Divino Espírito Santo de Coura, Origens, Diáspora e Expansão. Durante os anos de docência foi Coordenador de Departamento e Diretor do Centro de Formação da EB 2,3/S de Paredes de Coura.

Membro e porta-voz do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Paredes de Coura, 2005-2009.

Representante da Assembleia Municipal de Paredes de Coura na CIM - Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima e Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2009-2013.

Nas eleições de 2013 é eleito Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

INSTITUIÇÕES

ARTEMREDE

A ARTEMREDE é um projeto de cooperação cultural com 12 anos de atividade ininterrupta, atualmente constituído por 15 municípios, agregando e fazendo interagir cidades com diferentes escalas. Trabalha a especificidade dos territórios através do apoio à criação artística, à programação cultural em rede, à qualificação e formação e às estratégias de mediação cultural.

Em 2003, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) iniciou um estudo que visava a identificação dos meios adequados para dinamizar e qualificar os cineteatros e outros equipamentos culturais daquela região que haviam sido reabilitados no início do século XXI. O estudo propôs a criação de uma rede que ligasse os vários equipamentos e que desse resposta às necessidades de qualificação, assistência técnica e desenvolvimento sentidas pelas autarquias no âmbito da oferta cultural.

Em janeiro de 2005, a Artemrede constituiu-se formalmente como associação cultural sem fins lucrativos e elegeu a programação e a formação como áreas de intervenção privilegiadas. Desde então, a Artemrede contribui para que os equipamentos dos seus associados tenham uma oferta cultural regular, coproduz espetáculos, organiza ações de formação especializada, desenvolve diversos projetos comunitários e outras iniciativas que envolvem agentes culturais e públicos distintos.

No final de 2008, a Artemrede elaborou um primeiro Plano Estratégico até 2015. Em 2014, impulsionada pela vontade de desenvolver novas linhas de ação e explorar outras áreas de intervenção na sociedade, a Artemrede inicia um segundo processo de reflexão estratégica. O resultado foi o desenho do Plano Estratégico e Operacional (POE) 2015-2020, apresentado em fevereiro de 2015 durante a conferência internacional Políticas Culturais para o Desenvolvimento, durante a qual se comemorou o 10º aniversário da rede.

Em 2016, a Artemrede organizou o seu 1º Fórum Político e deu um primeiro passo no processo de internacionalização ao ganhar uma candidatura que apresentara ao programa Europa Criativa para a implementação do projeto A MANUAL ON WORK AND HAPPINESS.

Em 2017 são já 15 os municípios que se juntaram à Artemrede. Uma das decisões do PEO foi o crescimento sustentado da rede, dando prioridade à densificação no território aproximadamente definido entre Pombal, Elvas e Sines.

COMÉDIAS DO MINHO

A Associação Comédias do Minho, situada no Vale do Minho, nasceu em 2003, fruto do investimento e da colaboração de cinco municípios – Melgão, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira – e do Teatro Noroeste (posteriormente substituído pela Caixa de Crédito Agrícola) como membro associado, para dar corpo a uma companhia de teatro profissional. Em 2004, a Associação iniciou a atividade teatral profissional, tendo como responsável artístico José Martins, que assumiu a programação da Companhia de Teatro até 2005 e encenou as quatro primeiras produções. Partindo da prática teatral, a Associação Comédias do Minho propôs-se desenvolver uma atividade cujo principal objetivo consistisse na captação de públicos, assente numa estreita relação com as comunidades locais procurando, através da criação e da difusão de uma oferta teatral regular inédita na região, colmatar algumas das lacunas que caracterizam as regiões do interior, nomeadamente as resultantes do forte isolamento a que as mesmas estão sujeitas.

Em 2007, Isabel Alves Costa e Miguel Honrado foram convidados para constituir uma Comissão Artística que reestruturasse este projeto cultural. Mais tarde, Isabel Alves Costa assumiu a Direção Artística do projeto, até agosto de 2009, data do seu falecimento. Magda Henriques assume atualmente a Direção Artística das Comédias do Minho.

Desta forma, definiu-se para a estrutura do projeto a implementação de três eixos de intervenção: a Companhia Profissional de teatro, o aproximar-te (projeto pedagógico) e o Projeto Comunitário (envolvendo as populações e as associações culturais locais).

POLAU – PÔLE DES ARTS URBAINS

PoLAU – Pôle des arts urbains (França) é uma estrutura de investigação e experimentação que intervém enquanto incubadora e produtora de projetos artísticos ligados ao ordenamento territorial.

Criado em 2007 com o apoio do Ministério da Cultura, PoLAU foi premiado pelo Ministério da Ecologia, do Desenvolvimento Sustentável, dos Transportes e da Habitação pela sua abordagem original no que respeita à contribuição artística no âmbito das dinâmicas territoriais.

ANEXO 3

O que estava em debate (propostas da ARTEMREDE)

INTRODUÇÃO¹

• Porquê territorializar políticas públicas/programas sectoriais?

A territorialização de políticas públicas setoriais tem como objetivo torná-las mais sensíveis à diversidade de contextos geográficos e, por essa via, alcançar ganhos de eficácia, eficiência e equidade:

- I. Mobilizando e valorizando melhor os recursos e os atores de cada território;
- II. Ajustando-se melhor às necessidades e prioridades de cada território;
- III. Permitindo identificar diferentes trajetórias de evolução entre os contextos de partida e os objetivos ou metas visados.

• Questões a ter em conta na territorialização das políticas públicas / programas sectoriais

Na fase de desenho/conceção

- Diversificar, com base em diagnósticos e avaliações de natureza técnica ou através de processos participados de decisão, alguns dos elementos de **políticas/programas sectoriais de âmbito nacional**, nomeadamente: metas, critérios, ações prioritárias e beneficiários-chave;

¹ Por **João Ferrão**, geógrafo, investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, especialista em geografia humana, ordenamento do território e desenvolvimento regional e local. Pró-reitor da Universidade de Lisboa e membro do Conselho Consultivo da ARTEMREDE.

- Reforçar as condições e possibilidades de elaborar, de forma desconcentrada (administração regional) e descentralizada (autarquias), **políticas/programas sectoriais de âmbito regional ou local**;
- Integrar aspetos 'sectoriais' (neste caso, a 'cultura') em **políticas/programas de base territorial** (regionais, locais, urbanos, rurais, etc.);
- Garantir a inclusão da 'cultura' em **instrumentos de programação financeira** (nomeadamente comunitários) que pressupõem intervenções integradas, multissetoriais e desenvolvidas em parceria em espaços específicos (p. e., reabilitação e regeneração urbana ou desenvolvimento local).

Na fase de implementação /execução

- Desenvolver indicadores de acompanhamento que permitam efetuar uma monitorização dos **efeitos territoriais** (resultados e impactos) da política/programa, de modo a identificar, para territórios específicos, quer dificuldades de execução que é necessário superar quer efeitos não esperados que importa potenciar no futuro ou, pelo contrário, contrariar o mais rapidamente possível.

Na fase de avaliação

- Analisar a geografia dos resultados e dos impactos, visando:
 - Identificar se há territórios 'ganhadores' e 'perdedores' face aos objetivos visados;
 - Identificar se essas situações decorrem ou estão de algum modo associadas à existência de políticas/programas não ajustados à diversidade territorial existente;
 - Propor medidas de correção tendo como referência critérios de justiça espacial (equidade espacial e coesão territorial).

Partindo destes princípios, a ARTEMREDE propõe um conjunto de medidas concretas de articulação entre a Administração Central e as Autarquias Locais tendo em vista o reconhecimento do papel da cultura nas estratégias de desenvolvimento territorial e que possam contribuir para melhorar as condições de acesso à cultura em todos os territórios.

PROPOSTAS CONCRETAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

No que diz respeito ao ORÇAMENTO DE ESTADO:

1. Aumentar progressiva e substancialmente o Orçamento de Estado dedicado à Cultura:

- Corrigindo o seu subfinanciamento crónico
- Estabelecendo metas ambiciosas que correspondam a um efetivo entendimento da cultura como um investimento central para o aprofundamento da democracia e do desenvolvimento sustentável
- Combinando recursos do Ministério da Cultura com o de outras áreas governativas
- Acompanhando o histórico significativo de investimento das autarquias na área e implementando uma lógica de corresponsabilização (administração central e local) no que à cultura diz respeito (criação, acesso, fruição, difusão...)

2. Estabelecer convenções entre o Governo e as Autarquias:

- Testando novos modelos de implementação de políticas culturais de ativação territorial e de participação das populações

- Desenvolvendo um modelo novo de articulação entre Administração Central e Autarquias financiado pelas duas partes (Administração Central e Autarquias ou redes de municípios) e baseando-se numa lógica de agregação municipal (constelações de municípios e/ou redes)
- Abrangendo situações/geografias onde há concentração de massa crítica mas também situações onde se identificam vulnerabilidades acentuadas e as interliguem e potenciem, em vez de as seccionar, estimulando a mobilidade territorial e a colaboração inter-regional
- Identificando metas e prevendo a existência de dispositivos de monitorização dos impactos territoriais diretos e indiretos
- Envolvendo diferentes áreas governativas (saúde, educação, turismo e ambiente, por exemplo), numa lógica de transversalidade da cultura e de valorização da cidadania
- Adotando planos plurianuais (3 anos)
- Baseados em processos de seleção e negociação faseados e/ou em esquemas de pilotagem

No que diz respeito à política governamental de APOIO ÀS ARTES:

3. Criar uma linha de financiamento a entidades de cooperação intermunicipal que protagonizem projetos de apoio à criação artística descentralizada e uma programação de ativação territorial:

- Acessível por concurso ou por convite mediante seleção de entidades e/ou projetos para pilotagem e financiamento progressivo que possam obter validação da sua adequabilidade por pré-requisitos ou certificação prévia.
- Em ambos os casos (concurso aberto ou por requisitos de pré-seleção), dar prioridade clara a projetos e entidades com

histórico consolidado de intervenção cultural qualificada e projetos ancorados em compromissos e investimentos autárquicos de médio e longo prazo (corresponsabilização das autarquias)

- Com critérios específicos em função dos objetivos expressos em cartas estratégicas plurianuais
- Alocar recursos para o funcionamento de dispositivos de monitorização dos impactos territoriais diretos e indiretos dos projetos financiados

No que diz respeito ao PORTUGAL 2020 REPROGRAMAÇÃO INTERCALAR

4. Criar medidas de financiamento para atividades culturais e artísticas que sejam âncoras de ativação territorial:

- Que reconheçam o papel da arte no reforço das relações sociais e humanas e do desenvolvimento sustentável
- Que pressuponham alianças transversais (turismo, inclusão social, educação, sustentabilidade, participação, cidadania, desenvolvimento urbano...)

5. Reforçar financeiramente todas as linhas já existentes de financiamento a projetos culturais (ex.: "Prioridade de Investimento na Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural / Programação Cultural em Rede")

6. Considerar como entidades elegíveis as associações culturais sem fins lucrativos comprovadamente ativas no território em todas as linhas de financiamento que abranjam alianças com a cultura (ex.1: "RIS3 da Região de Lisboa – Meios Criativos e Indústrias Culturais", atualmente acessível apenas para empresas e universidades; ex.2: Programa "Cultura para Todos", atualmente apenas no âmbito de ITI)

7. Estabelecer um cronograma de concursos transparente, credível e com prazos compatíveis com a construção de candidaturas baseadas em parcerias reais

8. Permitir a existência de processos inter-regionais entre NUTS II:

- Eliminando os obstáculos administrativos atualmente existentes
- Coordenando calendários e pressupostos de candidaturas
- Valorizando os projetos que operam numa lógica inter-regional e que promovem sinergias e favorecem a integração entre territórios

9. Permitir o acesso dos territórios vulneráveis da Área Metropolitana de Lisboa a fundos comunitários, reconhecendo as assimetrias existentes entre esses concelhos e no interior de cada um deles

No que diz respeito ao PRÓXIMO CICLO COMUNITÁRIO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PÓS-2020

Propõe-se que no próximo ciclo comunitário de programação financeira se reconheça inequivocamente a importância da arte e da cultura no contexto do atual paradigma de rápidas mudanças sociais e políticas, reforçando o papel da cultura *sectorialmente*, por um lado, e enquanto *elemento transversal das políticas públicas*, por outro. Entende-se que reconhecer a complementaridade deste duplo reforço da cultura, ao invés de apostar na polarização do tema, é um pressuposto de eficácia estratégica da utilização dos fundos estruturais de origem comunitária. Propõe-se igualmente que o próximo ciclo de programação se proponha enfrentar os múltiplos desafios da coesão territorial. É a partir do princípio da *coesão territorial* que se propõe que no ciclo comunitário pós-2020 sejam estabelecidos programas e medidas:

- Que reconheçam o papel da arte no reforço das relações sociais e humanas e do desenvolvimento sustentável

- Que pressuponham alianças transversais (turismo, inclusão social, educação, sustentabilidade, participação, cidadania...)
- Que valorizem e potenciem os recursos endógenos de cada território
- Que operacionalizem e aprofundem a integração territorial, favorecendo projetos, entidades e redes intermunicipais e inter-regionais e superando os obstáculos e descontinuidades atuais (cf. questão das NUTS)
- Que financiem atividades culturais e artísticas que sejam âncoras de ativação territorial
- Que apresentem propostas e modelos inovadores de PARTICIPAÇÃO das comunidades, assentes em relações de continuidade e que promovam a igualdade de oportunidades no acesso à cultura - à prática e à fruição artísticas
- Que prevejam recursos para a avaliação e monitorização dos impactos diretos e indiretos das medidas, programas e projetos financiados, nas suas dimensões quantitativa e qualitativa

As propostas aqui enunciadas constituíram o ponto de partida para o debate promovido pelo Fórum Político. A ARTEMREDE está consciente de que não esgotam todos os temas que reivindicam ação política urgente, mas decidiu centrar a discussão em questões insuficientemente debatidas e relativamente às quais ainda existe pouca clareza - nos conceitos, nas medidas propostas, nas responsabilidades e nos recursos. Não deixando de discutir medidas com capacidade de aplicação imediata, o Fórum Político assumiu claramente a importância de situar o debate no longo prazo: o de discutir o papel e o futuro dos projetos de cooperação intermunicipais e inter-regionais e o de lançar as bases para uma atuação concertada entre Estado Central e Poder Local em termos de cultura.

ANEXO 4

PARTICIPANTES NO 2º FÓRUM POLÍTICO DA ARTEMREDE

NOME	CARGO	ENTIDADE
Ana Gonçalves	Vereadora	C.M. Pombal
Ana Mesquita	Deputada	Grupo Parlamentar do PCP / Assembleia da República
Ana Paula Amendoeira	Diretora Regional	Direção-Regional Cultura Alentejo
Ana Porfírio	Vogal do Conselho Diretivo	ANAFRE
Ana Runkel	Diretora de Dep. da Cultura	C.M. Oeiras
Ana Senha	Subdiretora-Geral	Direção-Geral das Artes
André Conceição		Cine-Teatro São Pedro/C.M. Alcanena
André Espenica	Primeiro Secretário	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
António Fonseca Ferreira	Consultor	Conselho Consultivo Artemrede
António Matos	Vereador	C.M. Almada
António Pinto Ribeiro	Consultor	Conselho Consultivo Artemrede
Carlos Humberto Carvalho	Presidente	C.M. Barreiro
Catarina Vaz Pinto	Vereadora	C.M. Lisboa
Cláudia Leite	Administradora Executiva	Theatro Circo - Braga
Dália Paulo	Adjunta do Gab. do Secretário de Estado da Cultura	Ministério da Cultura / Governo de Portugal
Daniel Figueiredo	Vice-Presidente	C.M. Moita
Deolinda Luís	Vereadora	C.M. Odemira
Diana Garcia	Secretária do gabinete de Apoio à Vereadora	C.M. Barreiro
Eduardo Luciano	Vereador	C.M. Évora
Elisa Babo	Administradora	Quaternaire Portugal
Elisabete Curtinhal	Técnica	CM Seixal
Francisco Santos	Vice-Presidente	C.M. Montijo
Hermínia Moreira	Vereadora	C.M. Paredes
Inês Silva	Vereadora	C.M. Alcobaça
João Miguel Marques	Vereador da Cultura	C.M. Montemor-o-Novo
Lídia Dias	Vereadora	C.M. Braga
Luís Calha	Vereador	C.M. Palmela
Luís Dias	Vereador	C.M. Abrantes
Luís Garcia	Assessor	C.M. Évora

NOME	CARGO	ENTIDADE
Luís Russo	Adjunto do Secr.de Estado do Desenvolvimento e Coesão	Ministério do Plan. e das Infra-estruturas / Governo de Portugal
Maria de Assis	Consultora	Conselho Consultivo Artemrede
Marcelo Gouveia	Técnico	Direção-Geral das Artes
Maria João Gomez	Vice-Presidente	C.M. Alcanena
Marlene Rodrigues	Vereadora	C.M. Oeiras
Maud Le Floch	Diretora	pOlau (FR)
Miguel Honrado	Secretário de Estado da Cultura	Ministério da Cultura / Governo de Portugal
Miguel Pedro	Técnico	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Nelson de Souza	Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão	Ministério do Plan. e das Infra-estruturas / Governo de Portugal
Paula Nicolau	Assessora Parlamentar	Partido PAN / Assembl. da República
Paulo Piteira	Vice-Presidente	C.M. Loures
Paula Varanda	Diretora-Geral das Artes	Direção-Geral das Artes
Pedro Morgado	Gestão e Produção	Comédias do Minho
Regina Janeiro	Vereadora	C.M. Barreiro
Rui Garcia	Presidente	C.M. Moita
Rui Lopo	Membro Conselho Nacional	Partido Ecologista Os Verdes
Sara Costa	Vereadora	C.M. Tomar
Sofia Martins	Vice-Presidente	C.M. Barreiro
Sérgio Bogalho	Vice-Presidente	C.M. Sobral de Monte Agraço
Tiago Bartolomeu Costa	Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	Ministério da Cultura / Governo de Portugal
Vítor Paulo Pereira	Presidente	C.M. Paredes de Coura

EQUIPA DE COORDENAÇÃO E GESTÃO

Marta Martins	Diretora Executiva	Artemrede
Vânia Rodrigues	Assessora Estratégica	Artemrede
Lurdes Lopes	Chefe de Divisão	C.M. Barreiro
Mónica Duarte	Diretora de Departamento da Cultura	C.M. Barreiro
Adalgisa Martins	Espaço Memória	C.M. Barreiro
Cláudia Colli	Tradutora	Instituto Francês em Portugal
Sandra Marques	Assistente	Artemrede
Laura Gomes	Assistente	Artemrede
Inês Arromba	Estagiária	Artemrede
Vitor Pinto	Assessor de Comunicação	Artemrede
Rita Torcato	Assessora de Imprensa	Artemrede

ANEXO 5

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DO 2º FÓRUM POLÍTICO:

ARTEMREDE

Coordenação: Marta Martins e Vânia Rodrigues

Gestão, Produção e Apoio Administrativo: Inês Arromba, Laura Gomes e Sandra Marques

Comunicação e Imprensa: Vítor Pinto e Rita Torcato

Design: Invisible Design

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO / ESPAÇO MEMÓRIA

Gestão, Produção e Apoio Administrativo: Lurdes Lopes, Adalgisa Martins

Protocolo e Relações Institucionais: Sílvia Cunha

Comunicação: Rogélia Costa

GRUPO DE TRABALHO DE PREPARAÇÃO DO 2º FÓRUM POLÍTICO:

Coordenação: ARTEMREDE - Marta Martins (Diretora Executiva) e Vânia Rodrigues (Assessora Estratégica)

Participação:

Município de Abrantes – Luís Dias (Vereador da Cultura e Desporto e Vice-Presidente da Direção da Artemrede)

Município de Almada - António Matos (Vereador da Educação, Cultura, Desporto e Juventude e Presidente da Direção da Artemrede); António Nabiça (Chefe da Divisão de Equipamentos Culturais)

Município do Barreiro – Regina Janeiro (Vereadora do Pelouro de Desenvolvimento Sociocultural); Mónica Duarte (Diretora de Departamento de Desenvolvimento Sociocultural) e Lurdes Lopes (Chefe da Divisão de Promoção Cultural)

Município de Lisboa – Catarina Vaz Pinto (Vereadora da Cultura); Edite Guimarães (Técnica da Direção Municipal de Cultura)

Município de Oeiras – Ana Runkel (Diretora do Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento)

Conselho Consultivo da Artemrede:

António Fonseca Ferreira, António Pinto Ribeiro, João Ferrão, Helena Santos e Maria de Assis

Contributos de:

Miguel Honrado (Secretário de Estado da Cultura)

Paula Varanda (Diretora-Geral das Artes)

AGRADECIMENTOS:

À Camara Municipal do Barreiro:

ao Presidente Carlos Humberto Carvalho e à Vereadora da Cultura Regina Janeiro, pela forma imediata e entusiástica com que abraçaram este desafio, protagonizaram a discussão e disponibilizaram recursos da autarquia para a sua organização

à Lurdes Lopes, à Mónica Duarte, à Adalgisa Martins, à Sílvia Cunha e à equipa do Espaço Memória, pelo empenho e profissionalismo na co-organização do 2º Fórum Político

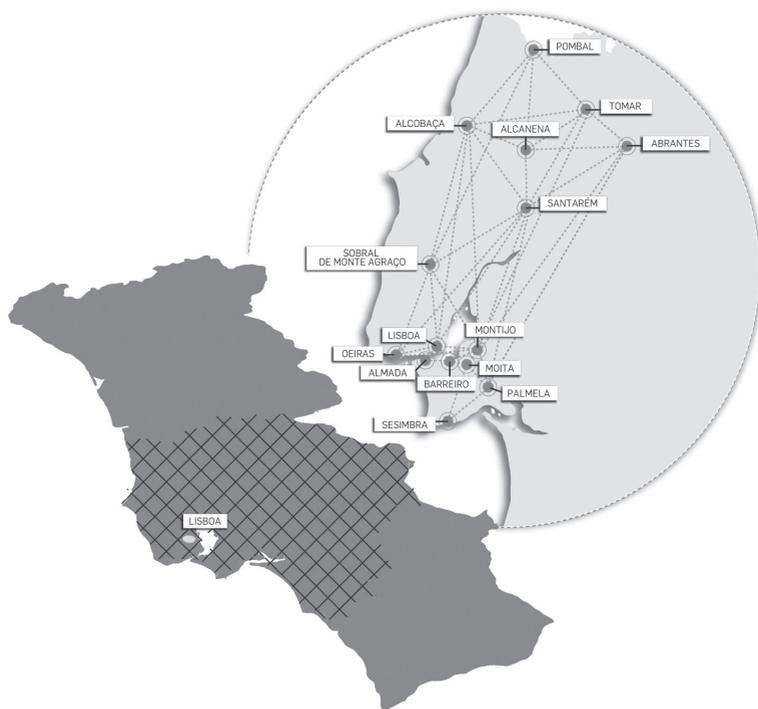
Ao Conselho Consultivo da ARTEMREDE, pelos comentários e contributos para o documento-base, assim como para estas notas conclusivas, sempre úteis e valiosos; em especial ao João Ferrão, pela generosidade com que partilhou connosco o seu imenso conhecimento sobre a matéria e redigiu a parte introdutória do documento-base

Ao Secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, e à Diretora-Geral das Artes, Paula Varanda, pela colaboração na organização do 2º Fórum Político, contribuindo para o documento-base e apoiando a edição desta brochura

A todos os participantes no 2º Fórum Político da Artemrede, pelo reconhecimento da importância do tema e pelos contributos para o debate.

A ARTEMREDE é um projeto de cooperação cultural com 12 anos de atividade ininterrupta, atualmente constituído por 15 municípios, agregando e fazendo interagir cidades com diferentes escalas. Trabalha a especificidade dos territórios através do apoio à criação artística, à programação cultural em rede, à qualificação e formação e às estratégias de mediação cultural.

15 municípios: Abrantes, Alcanena, Alcobaca, Almada, Barreiro, Lisboa, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Pombal, Santarém, Sesimbra, Sobral de Monte Agraço, Tomar



APOIO INSTITUCIONAL



SEDE

Teatro Sá da Bandeira
Rua João Afonso, 7
2000-065 Santarém // Portugal

ESCRITÓRIOS

Palácio João Afonso
Rua Miguel Bombarda, 4 - R/C
2000-080 Santarém // Portugal

T 243 322 050 / 243 321 878

artemrede@artemrede.pt

www.artemrede.pt